

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2021 DO COMITÊ DE
INVESTIMENTOS DO IPMS**

Data: 17 de fevereiro de 2021

Participantes: Joel de Barros Bittencourt

João Ramos Junior

Onézimo Soares Ribeiro

Na Sala de Reuniões, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SUZANO – IPMS dirigida por seu presidente, Joel de Barros Bittencourt, com início às 09:45 horas do dia 17 de fevereiro de 2021. **DELIBERAÇÕES:** Dado início à reunião do Comitê de Investimentos, o presidente abriu a reunião com o acompanhamento da estratégia de investimentos realizada ao longo do mês de janeiro/2021. Conforme aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, foram aplicados R\$ 1,735 milhão em 06/01/2021 no BRADESCO FIC DE FI RENDA FIXA ALOCAÇÃO DINÂMICA – CNPJ 28.515.874/0001-09, R\$ 330 mil em 06/01/2021 no CAIXA FI BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RF – CNPJ 23.215.097/0001-55 e R\$ 999 mil em datas diversas no SICREDI FIC INSTITUCIONAL RF IMA-B – CNPJ 11.087.118/0001-15. Para o pagamento de despesas administrativas foram resgatados R\$ 1,160 milhão no CAIXA FI BRASIL IRF-M1+ TP RF – CNPJ 10.577.519/0001-90. O Presidente comunicou que foi recebido Fato Relevante do TOWER RENDA FIXA FUNDO DE INVESTIMENTO IMA-B 5 – CNPJ 12.845.801/0001-37 referente à amortização realizada em 06/01/2021 conforme previsto no Plano de Liquidação aprovado na Assembleia Geral de Cotistas realizada em 15/09/2020, sendo creditado para o IPMS o montante de R\$ 232.444,05. O Presidente informa que, em janeiro/2021 foram realizadas as Assembleias Gerais de Cotistas dos Fundos: (1) FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES CAIXA VALOR RPPS – CNPJ 14.507.699/0001-95 em 26/01/2021 cuja pauta do dia foi: aprovação das demonstrações

contábeis do Fundo referente ao exercício social findo em 30 de setembro de 2020; (2) GGR PRIME I FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CNPJ 17.013.985/0001-92 em 26/01/2021 cuja pauta foi: Apresentação pelos cotistas de: (a) evidências de que a atual gestora a Aurora Capital, não está implementando o plano de liquidação aprovado pelos cotistas na Assembleia Geral de Cotistas realizada no dia 21 de dezembro de 2018; e (b) evidências quanto ao não cumprimento do plano de liquidação aprovado ou as diferenças significativas entre o plano proposta pela nova gestora de forma que represente melhoria relevante para o Fundo e os cotistas, sendo que tal pauta foi de caráter não deliberativo e/ou decisório quanto às deliberações tomadas na Assembleia Geral de Cotistas realizada no dia 30/11/2020, de modo que as informações que vierem a ser apresentadas pelos cotistas serão simplesmente repassadas à Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O presidente passou então à revisão dos resultados da carteira a partir dos relatórios de performance diária emitidos pela Diretoria Administrativa e Financeira através do sistema Comdinheiro, os quais apresentam a posição mais atualizada disponível, bem como os relatórios de conjuntura econômica fornecidos pelo Banco Central do Brasil e das principais casas de investimento. O Presidente passou à uma análise da prévia dos resultados em 29/01/2021 sendo que os resultados no mês de janeiro/2021 apontaram uma rentabilidade no mês de -1,06% versus a meta atuarial projetada de 0,67%. O segmento de renda fixa apurou uma perda de R\$ 1,446 mil aproximadamente no mês de janeiro/2021 e na renda variável houve uma perda de aproximadamente R\$ 3,487 milhões. O presidente destaca que o mês de janeiro foi bastante volátil, com perdas no segmento de ações, expressando também preocupação no fundo IRF-M 1+. O Presidente passa então a analisar o relatório de Rentabilidade Diária da CEF em 17/02/2021 e em 29/01/2021. No caso dos IMA-B e IMA-B 5+ os mesmos apresentaram até o dia 17/02/2021 rentabilidades no mês de 0,25% e 0,24% acumuladas respectivamente, comparados com as rentabilidades de -0,88% e -1,69% verificadas em janeiro/2021. Em relação aos fundos IMA-B 5 e IDKA 2A IPCA a rentabilidade no mês até 17/02/2021 é de 0,27% e 0,37 respectivamente, enquanto que no mês anterior a rentabilidade respectiva foi de 0,08% e 0,13%. Em relação aos fundos de vértice curto (IRF-M1 e CDI), a rentabilidade mensal até 17/02/2021 é de 0,06% e 0,06% respectivamente e no mês de janeiro/2021 de 0,02% e 0,16%, respectivamente. O presidente destacou ainda a rentabilidade do IRF-M1+, que concentra papéis prefixados com vencimento superior a um ano, com rentabilidade mensal até 17/02/2021 de -0,65% e em janeiro/2021 foi -1,38%. Destacou também o Fundo CAIXA AÇÕES VALOR, que teve rentabilidade mensal em 29/01/2021 de -3,14% e até 17/02/2021 possui uma rentabilidade no mês de 3,80%. O presidente passa à análise de conjuntura econômica, iniciando com o Boletim RPPS da CEF de janeiro/2021 que informa que em janeiro, houve crescimento dos casos de Covid-19 e aumento de medidas restritivas em alguns Estados do Brasil. Por outro lado, o mês também marcou o início da vacinação contra a pandemia no país. No cenário internacional, o mês também trouxe a aprovação para uso emergencial de novas vacinas contra a Covid-19 nos países centrais, com a autorização do imunizante da AstraZeneca na União Europeia. No cenário de renda fixa, houve uma reversão parcial do forte fechamento (com redução da inclinação) observado nas curvas de juros locais em dezembro. A onda global compradora

de risco notada no último bimestre de 2020 perdeu força neste início de ano e, neste contexto, o mercado voltou a dar mais peso para as questões fiscais brasileiras. Além disso, a primeira reunião do COPOM em 2021 trouxe mudanças significativas na comunicação adotada pelo BC, que além de retirar o forward guidance, discutiu a possibilidade de iniciar a normalização da SELIC já nesse encontro, o que acabou não acontecendo. À luz da atual comunicação do BCB acerca da condução da Política Monetária, influenciada pelas mudanças nas expectativas de inflação, em conjunto com as incertezas no âmbito fiscal, é recomendado uma visão cautelosa em relação ao mercado local de juros, especialmente para posições direcionais em vencimentos longos. No segmento de renda variável, janeiro foi um mês de grande volatilidade para os mercados acionários. A primeira quinzena foi muito positiva, com diversas bolsas renovando suas máximas históricas. No entanto, na segunda quinzena do mês, a volatilidade disparou, e um movimento de vendas mais forte ocorreu. Apesar deste primeiro mês mais negativo, permanece a expectativa de uma visão positiva para a bolsa nos meses seguintes. Os novos pacotes de estímulos a serem aprovados nos EUA, taxas de juros nas mínimas históricas e alta liquidez global continuarão dando suporte para a valorização dos ativos de risco. Em seguida se procedeu à análise dos Relatórios do Departamento de Pesquisa Econômica (Depec) do Banco Bradesco, iniciando com o Cenário Econômico referente a janeiro/2021, que informa que o agravamento da pandemia levou a revisar o crescimento do PIB no ano de 2021 para baixo, em 3,6%. Os termos de troca se mantêm favoráveis, o ciclo de recomposição de estoques deve acelerar, a poupança precaucional tende a mitigar a queda do consumo e o mercado de trabalho continua dando sinais de recuperação. Esses sinais estavam evidentes antes do agravamento da doença. No entanto, a perspectiva de uma reabertura plena da economia foi postergada diante da aceleração de casos de Covid-19. No ano passado, houve uma forte resposta anticíclica da política econômica. Neste ano, o estímulo fiscal, se houver, será pequeno. Ao mesmo tempo, o processo de vacinação está em curso e possibilitará a manifestação dos efeitos positivos listados anteriormente, com a reabertura da economia. Do ponto de vista estritamente econômico, a vacinação será eficaz se for capaz de impedir o colapso dos sistemas de saúde. No cenário internacional, a economia global mostra sinais de desaceleração neste início de ano. Alguns dos riscos presentes no nosso cenário para a economia global acabaram se materializando ao longo das últimas semanas. A despeito do avanço da vacinação, os números relacionados à pandemia se agravaram, novas medidas de restrição foram impostas ou estendidas e os indicadores de mobilidade caíram, como resultado. As projeções de mercado já sugerem alguma frustração com crescimento no primeiro trimestre e que pode se ampliar, a depender da evolução da pandemia. No Boletim Semana em Foco, de 12/02/2021, há o destaque de a aprovação da autonomia formal do BC tende a reduzir volatilidade macroeconômica, aprimorando o regime de metas de inflação no Brasil. A inflação em janeiro mostrou alívio de alguns choques, mas núcleos ainda demandam monitoramento. No cenário internacional, apesar dos debates sobre riscos inflacionários à frente, índices de preços ao consumidor se mantêm comportados no curto prazo. Finalmente, o Destaque DEPEC de 17/02/2021, enfatiza que, apesar das boas perspectivas para 2021, o cenário externo tem sido mais volátil do que se esperava. A despeito do avanço da vacinação, a pandemia

se agravou e medidas de restrição foram reintroduzidas, afetando a atividade econômica em janeiro. Somam-se a isso, as incertezas relacionadas às variantes do vírus. Embora o elo entre mobilidade e impacto sobre atividade econômica seja menor hoje do que no segundo trimestre de 2020, houve uma piora das projeções para o primeiro trimestre. Ao mesmo tempo, a perspectiva de avanço da vacinação e reabertura da economia nos próximos trimestres mantém a expectativa de uma forte recuperação em 2021. Passou-se à análise do Boletim Focus – Relatório de Mercado elaborado pelo Banco Central do Brasil de 05/02/2021 verifica-se que o mercado projeta a taxa SELIC em 3,50% até o fim de 2021 e projeta e em 5,00% para o fim de 2022, uma revisão para cima da projeção de quatro semanas atrás, que previa uma SELIC de 3,25% para o fim de 2021 e 4,75% para 2022. O mercado projeta um crescimento do PIB no ano de 2021 em 3,47% ante a 3,41% na quadrissemana anterior, sendo que para 2022 é projetado um crescimento em 2,50%. A taxa de câmbio ao fim de 2021 para R\$ 5,01 e R\$5,00 para o final de 2022. A projeção da inflação IPCA continua a subir, de 3,34% para 3,60% para o final de 2021 e 3,49% ao final de 2022. Foram também realizadas reuniões de análise de cenário econômico e de investimentos com: (i) Banco do Brasil em 01/02/2021; (ii) Banco Safra em 04/02/2021 e (iii) Caixa Econômica Federal em 08/02/2021. Nas apresentações realizadas, houve um consenso que a elevação da taxa SELIC será inevitável ao longo de 2021 e no ano de 2022, visto o cenário de elevação da inflação. O Banco Central adotará uma postura mais cautelosa na sua elevação, de modo a não atrapalhar a retomada da economia. O crescimento econômico de modo geral estará ligado à evolução da vacinação da população, com a retomada das atividades econômicas de forma plena. De forma a mitigar os riscos, a sugestão é a aplicação em fundos de vértice curto ou médio, ou em fundos de gestão ativa de duration, sendo estes os mais recomendados pelas casas. Outro ponto importante a destacar foi que, em função da elevação da taxa SELIC, fundos que capturam o rendimento em taxas pré-fixadas tendem a diminuir o seu fôlego ou mesmo apresentar prejuízos quando comparados com fundos que capturam o seu rendimento em função da inflação. Tal cenário amplia-se de acordo com o aumento da volatilidade nos títulos mais longos, o que afeta fundos como os do tipo IRF-M 1+ e IMA-B 5+, de perfil mais longo, sendo recomendado a diminuição de sua participação na carteira total de forma progressiva. Em relação ao segmento de renda variável, mantem-se a expectativa positiva na bolsa, visto que a desvalorização do real fez com que o preço das ações se mostrem mais baratas quando comparadas com as das outras bolsas internacionais, o que, aliado à retomada do crescimento, poderá levar a um novo impulso de alta. Outro ponto abordado foi a aplicação em fundos que aplicam parte ou a totalidade de seus recursos no exterior ou em ativos atrelados ao desempenho externo, caso dos fundos do tipo BDR, visto o bom desempenho das bolsas internacionais, especialmente a bolsa americana. Com as informações apresentadas, o Comitê de Investimentos acredita que é necessária uma realocação da carteira, diminuindo gradualmente a participação dos Fundos do tipo IRF-M 1+, realocando os valores resgatados no segmento de Gestão Ativa e no IMA-B, com vistas à diversificação. Foram também aprovadas aplicações em Renda Variável e em investimentos no exterior, em fundos do tipo BDR. Além disso, visando a diversificação de investimentos em Instituições Financeiras, foi aprovada a realocação de

investimentos da Caixa Econômica Federal para o Banco do Brasil e no Banco SICREDI, em linha com o já aprovado no mês anterior. Com isso, o Comitê de Investimentos APROVOU: (i) RESGATAR R\$ 25 milhões do CAIXA FI BRASIL IRF-M1+ TP RF – CNPJ 10.577.519/0001-90 e (ii) APLICAR R\$ 10 milhões no CAIXA BRASIL RENDA FIXA ATIVA LP – CNPJ 35.536.532/0001-22; no Banco do Brasil (iii) APLICAR R\$ 10 milhões no BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL – CNPJ 35.292.588/0001-89 e (iv) R\$ 3 milhões no BB PREVID. AÇÕES GOVERNANÇA – CNPJ 10.418.335/0001-88; no Banco SICREDI (v) APLICAR R\$ 2 milhões no SICREDI FIC INSTITUCIONAL RF IMA-B – CNPJ 11.087.118/0001-15; (vi) em relação ao restante dos ingressos de recursos referentes a: I) resgates devido às liquidações antecipadas provenientes de decisões aprovadas em Assembleia Geral de Cotistas; II) os valores recebidos da distribuição de rendimentos dos fundos; III) os valores recebidos dos acordos de parcelamento; e IV) os repasses das contribuições mensais APLICAR no CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I – CNPJ 17.502.937/0001-68. Para o pagamento de despesas administrativas deverão ser resgatados recursos do CAIXA FI BRASIL IRF-M1+ TP RF – CNPJ 10.577.519/0001-90. São anexos a esta: (i) Atas da Assembleia dos Fundos GGR PRIME I FIDC e CAIXA AÇÕES VALOR RPPS; (ii) Fato Relevante referente à Amortização do TOWER RF FI IMA-B 5; (iii) Relatórios de Posição de Investimentos de 29/01/21 e 17/02/21; (iv) Tabelas de Indicadores dos Fundos de Investimento da Caixa Econômica Federal em 29/01/21 e 17/02/2021; (v) Boletim RPPS de Janeiro de 2021 elaborado pela Caixa Econômica Federal; (vi) Boletins Cenário Econômico de 29/01/2021, Semana em Foco de 12/02/2021 e Destaque DEPEC de 17/02/2021 elaborados pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depec) do Banco Bradesco; (vii) Relatório de Mercado – Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 05/02/2021; (viii) Materiais de Apresentação das reuniões realizadas com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL e BANCO SAFRA. Nada mais havendo foi encerrada às 12:00 horas a 2ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos de 2021 tendo, eu, João Ramos Junior, lavrado a presente Ata, que depois de lida, segue devidamente assinada pelos participantes.

Presidente do Comitê

Membro

Relator